

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Orçamento do Estado para 2012 traduz um fortíssimo corte no financiamento às artes e à cultura por parte do Estado, sendo que a quebra no investimento da Direcção-Geral das Artes para transferência para instituições sem fins lucrativos decai 45,02% em comparação com o orçamento da equivalente rubrica no Orçamento do Estado para 2011.

Esta política de subfinanciamento não é, no entanto, apenas a manifestação executiva de uma orientação de poupança e corte cegos, mas é, de forma bastante marcada, a tradução de uma concepção ideológica que encontra na cultura, nas artes, um obstáculo ao prosseguimento da estratégia de desfiguração do regime democrático e de total mercantilização dos bens imateriais.

A Cultura, entendida como mera mercadoria, passa a ser colocada fora do espaço de intervenção do Estado principalmente no que toca ao apoio para criação e fruição. Essa mesma linha pode ser comprovada pela opção de aumentar, ainda que ligeiramente, as transferências do Estado para instituições privadas com fins lucrativos, enquanto corta mais de 6 milhões de euros para as restantes instituições, nomeadamente, companhias associativas, cooperativas e associações.

A componente orçamental de investimento através da DGArtes constitui a principal, senão única fonte de financiamento do estado para a esmagadora maioria das companhias e outros agentes culturais. Como tal, o corte anunciado de 45,02% para o apoio às artes através do financiamento a projectos de estruturas sem fins lucrativos resultará certamente num decréscimo proporcional no que toca à produção e criação artísticas em Portugal. Tendo em conta a fragilidade do tecido cultural e do próprio Serviço Público de Arte e Cultura, cortes deste dimensão podem provocar autênticas situações de ruptura.

No entanto, muito desse investimento estaria programado – particularmente através de programas plurianuais de acordo com compromissos previamente assumidos – no âmbito do PIDDAC de anos anteriores e continuará a ser programado no âmbito do investimento previsto para este próximo ano, a não ser que este Governo não tencione contratualizar novos financiamentos programáticos. Assim, exige-se que as verbas de investimento previstas para 2012 tenham dimensão suficiente para assegurar os compromissos assumidos anteriormente, bem como para garantir novos contratos plurianuais de financiamento, assim permitindo a

renovação e a continuidade da produção cultural.

Nestes termos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita a V. Exa se digne requerer ao Governo os seguintes documentos:

1. Totalidade desagregada dos programas plurianuais vigentes com agentes culturais, no âmbito das instituições sem fins lucrativos, contratualizados através da DGArtes.
2. Totalidade desagregada dos programas plurianuais vigentes com agentes culturais, no âmbito de instituições privadas com fins lucrativos, contratualizados através da DGArtes.
3. Planificação anual e orçamento das transferências correspondentes a cada um desses programas.

Palácio de São Bento, terça-feira, 25 de Outubro de 2011

Deputado(a)s

MIGUEL TIAGO(PCP)

JOÃO OLIVEIRA(PCP)